

Preconceito e eleições

O espectro do preconceito está rondando as eleições deste ano, especialmente no DF. Por ser uma cidade construída sob a perspectiva de uma organização social que valoriza a integração e a liberdade do homem, a manifestação de preconceitos, seja contra negros, mulheres, índios ou de natureza geográfica, a consciência lúcida de Brasília espontaneamente passa a rechaçá-la por constituir apenas um elemento de segregação — uma das razões explicativas da presença do ódio entre os homens. Já não basta a discórdia e os conflitos de interesses entre classes e grupos sociais, surge, também orquestrada por segmentos para-nazistas, a difusão de um preconceito que ergue um muro — *apartheid* — entre os eleitores que moram no Plano Piloto e os que moram nas cidades-satélites.

Esta, pelo menos, é a forma encontrada por alguns somente interessados na utilização eleitoral da sua conveniência geográfica e propagada por panfletos espalhados pela cidade intitulados "Desperta Satélite" — cujo teor prega o puro separatismo entre eleitores — cidadãos — através da pérfida exortação "Vamos votar em gente da gente!". É uma clara alusão preconceituosa de quem mora no Plano Piloto não merece disputar os votos dos moradores das cidades-satélites e vice-versa. Como fosse possível identificar a origem dos impostos pagos pelos contribuintes entre cidadãos iguais entre desiguais de acordo com a localização geográfica do contribuinte.

Pode-se dizer que este entendimento pernicioso para a consolidação de uma cultura democrática entre cidadãos, com direitos civis iguais, é o mesmo que se esconde

por trás do argumento daqueles que querem o retorno da capital federal para o Rio de Janeiro, com base no sofisma este-reotipado segundo o qual Brasília é uma

ilha de fantasia, alienada dos problemas nacionais e responsável pelos sucessivos escândalos de corrupção que ameaçam nossa tenra democracia. Por que é igual? Precisamente por utilizar conceitos preconceituosos ao ignorar a realidade social do DF que não se reduz aos restritos espaços da Praça dos Três Poderes e as Embaixadas, mas dispõe de uma população com mais de 1.800 mil habitantes entre empresários, segmentos variados da classe-média, trabalhadores, funcionários públicos, enfim, uma sociedade organizada, formando uma unidade da federação tão importante para a Nação como qualquer outra unidade Federativa da República.

Assim, se colocar contra uma forma de preconceito e difundir, por outro lado, a mesma manifestação de intolerância e discriminação, é jogar com o caráter cínico dos oportunistas. Pois, tanto uma e outra contribuem para uma atitude negativa e desagregadora de uma instituição que pode ser o direito do exercício do voto, da família, da pátria ou de um território.

É necessário utilizar os momentos sublimes de cidadania, como a oportunidade da disputa eleitoral, não para fortalecer valores e opiniões deformadas sobre a nossa cultura, mas para desenvolver um trabalho pedagógico que contribua para elevar o nível da consciência da população. Cair na tentação genérica dos estereótipos, tais como "os políticos não prestam", "as mulheres são burras", "os pretos fedem", "os trabalhadores são mal educados" ou igualmente grave, "só os moradores das satélites são legítimos para votarem e serem votados, os do Plano, não".

Todos estes preconceitos são instrumentos utilizados pela classe dominante para incutirem na população valores que os fraquejem em sua identidade social, pois, fraquejando-os tornam-se presa fácil para o colonialismo e a negação de sua história. E sem história, qualquer povo perde a esperança de ser o protagonista de sua própria emancipação.

■ Carlos Michiles é cientista político e professor da Fundação Getúlio Vargas

"É necessário utilizar os momentos sublimes de cidadania, como a oportunidade de disputa eleitoral"